

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE
SI FIRMAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC E
O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,
PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DESCENTRALIZADA DE AÇÕES DO
PROGRAMA MAIS CULTURA.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC, inscrição no CNPJ sob o nº 01.264.142/0002-00, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", Brasília - Distrito Federal, neste ato representado pelo Ministro de Estado da Cultura, Excelentíssimo Senhor **Gilberto Passos Gil Moreira**, brasileiro, casado, RG nº 02.493.945-6 SSP/RJ, CPF nº 000.309.618-15, nomeado por Decreto publicado no D.O.U de 1º de janeiro de 2003, e o ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, inscrição no CNPJ sob o nº 08.417.39/0001-05, situado à Rua Ministro Raimundo de Brito, 1891 - Morro Branco Natal - RN, neste ato representado por sua Governadora, Excelentíssimo Senhor(a) **WILMA MARIA DE FARIA**, brasileira, RG nº 75448 - ITEP/RN, CPF nº 000.459.764-00.

CONSIDERANDO:

Que proporcionar os meios de acesso à cultura é competência comum da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, conforme art. 23, Incisos III, IV e V da Constituição Federal;

Que o Programa Mais Cultura, criado pelo Decreto 6.226, de 4 de outubro de 2007, tem como objetivos ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e aos meios necessários para a livre expressão simbólica, qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural e gerar oportunidades de emprego e renda para trabalhadores, para micro, pequenas e médias empresas e para empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro, promovendo com suas ações a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;

Que por meio de uma estratégia de implementação descentralizada das ações, viabilizada pela conjugação de esforços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal se torna possível a execução em escala do Programa Mais Cultura em todo o território nacional;

Que a implementação descentralizada do Programa Mais Cultura, com base nos princípios da

WILSON
Luciano Carneiro Pinto
Consultora Jurídica
Ministério da Cultura



Administração Pública, conforme especificado no artigo 37 da Constituição Federal, constituirá um processo importante para o desenvolvimento e fortalecimento da gestão cultural compartilhada entre os entes federativos, contribuindo para o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** visando a implementação, consolidação e a gestão compartilhada do Programa Mais Cultura, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Acordo de Cooperação tem por objeto a pactuação de compromissos para a implementação e a gestão compartilhada do Programa Mais Cultura, instituído pelo Decreto nº 6.226, de 04 de outubro de 2007, estruturado nos seguintes eixos:

- I- Cultura e Cidadania: Cidadania, Identidades e Diversidade;
- II- Cidade Cultural: Qualificação do Ambiente Social e Direito à Cidade;
- III- Cultura e Renda: Ocupação, Renda e Financiamento da Cultura.

Parágrafo único. As ações componentes dos eixos do Programa Mais Cultura, serão implementadas, quando for o caso, nos estados, municípios e no Distrito Federal, por meio de instrumento jurídico próprio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS DOS PARTÍCIPES

Os Partícipes, no âmbito de suas competências, comprometem-se a criar condições de natureza legal, administrativa, orçamentária e participativa, mobilizando esforços e recursos institucionais cooperativamente, sem prejuízo das seguintes obrigações:

I - Incumbe ao Ministério da Cultura:

- a) Formular as ações componentes do Programa Mais Cultura, respectivos objetivos, público-alvo, critérios de territorialização, estratégia de implementação e instrumentos legais, em consonância e em articulação com as demais políticas públicas do governo federal;

Visto
Luciane da Cruz Pinto
Consultora Jurídica
Ministério da Cultura



- b) Definir os modelos de instrumentos que viabilizarão a implementação descentralizada das ações do Programa Mais Cultura;
- c) Constituir e implantar, juntamente com o Estado do Rio Grande do Norte, Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura, nos termos da Cláusula Quinta;
- d) Dar ampla divulgação, tornando transparente a forma como o Estado do Rio Grande do Norte poderá tomar parte na implementação descentralizada de ações componentes do Programa Mais Cultura;
- e) Promover a implementação de ações do Programa Mais Cultura por meio de consórcio público, quando for conveniente e oportuno;
- f) Desenvolver modelo de gestão orçamentária-financeira para o Programa Mais Cultura que assegure um fluxo de recursos compatível com os compromissos assumidos;
- g) Coordenar as oficinas de planejamento estratégico para a elaboração conjunta do Plano de Implementação do Programa Mais Cultura a serem realizadas nos estados, municípios e no DF;
- h) Acompanhar a implementação das ações realizadas com recursos do Programa Mais Cultura, avaliando os resultados alcançados;
- i) Acompanhar a execução das demais obrigações assumidas com o presente Acordo;
- j) Estabelecer e manter parcerias com entidades públicas ou privadas, com atuação em todo o território nacional, para ampliar a capacidade de as instituições culturais apresentarem projetos e gerirem seus recursos com efetividade e transparência;
- k) Implantar o Sistema de Informações e Gestão do Programa Mais Cultura, desenvolvendo modelo de inserção e atualização permanente de dados;
- l) Promover, de forma direta ou por intermédio de instituições parceiras, ações de capacitação das equipes responsáveis no Estado do Rio Grande do Norte pela execução descentralizada, visando assegurar visão e procedimentos comuns para a devida realização das ações previstas;
- m) Aprimorar e fortalecer os mecanismos de financiamento da cultura, no âmbito da União, com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura - SNC.
- n) Implantar subsistemas e redes setoriais de cultura para a articulação e integração das diversas áreas da cultura brasileira - bibliotecas, museus, centros culturais, linguagens artísticas, patrimônio cultural, entre outras, atendendo aos princípios de participação e controle social.

II - Incumbe ao Estado:

- a) Estabelecer ou consolidar unidade de gestão, no plano do poder executivo estadual, responsável pelo planejamento, execução e monitoramento das ações do Programa Mais Cultura;
- b) Constituir e implantar, juntamente com o Ministério da Cultura, Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura no estado, nos termos da Cláusula Quinta;
- c) Mobilizar os recursos necessários para realizar, junto com o Ministério da Cultura,

LISTO
Luciano Camargo Pinto
Consultora Jurídica
Ministério da Cultura



- oficina de planejamento estratégico para a elaboração conjunta do Plano de Implementação do Programa Mais Cultura no estado;
- d) Assegurar recursos que viabilizem as contrapartidas necessárias para a implantação das ações do Programa Mais Cultura no estado, com as quais vier a se comprometer;
 - e) Apoiar, inclusive financeiramente, a participação da equipe estadual de coordenação do Programa Mais Cultura nas atividades de capacitação promovidas pelo MinC;
 - f) Mobilizar e articular parceiros, conforme identificados no Plano de Implementação do Programa Mais Cultura, no âmbito do estado;
 - g) Estabelecer parcerias com o Conselho Regional de Administração e Conselho Regional de Contabilidade para o assessoramento técnico às instituições culturais na elaboração de projetos, gestão de recursos públicos e apresentação da prestação de contas;
 - h) Utilizar e respeitar os padrões de identidade visual do Programa Mais Cultura, no desenvolvimento de todas as ações pactuadas, aplicando, inclusive, as regras vigentes durante os períodos eleitorais;
 - i) Aprimorar e fortalecer os mecanismos de financiamento da cultura, no âmbito do Estado, com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura - SNC;
 - j) Apoiar a implantação de subsistemas e redes setoriais de cultura para a articulação e integração das diversas áreas da cultura brasileira - bibliotecas, museus, centros culturais, linguagens artísticas, patrimônio cultural, entre outras, atendendo aos princípios de participação e controle social.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA IMPLEMENTAÇÃO

A implementação das ações do Programa Mais Cultura no Estado será detalhada em Plano de Implementação, a ser elaborado em comum acordo entre os partícipes num prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura deste Acordo de Cooperação.

Parágrafo primeiro. O Plano de Implementação do Programa Mais Cultura no Estado, acrescido dos respectivos insumos e custos elaborados pelos Partícipes orientará o Termo de Convênio para transferência de recursos no qual será especificado, entre outros aspectos, o objeto e metas a serem alcançadas e o cronograma a ser cumprido.

Parágrafo segundo. A implementação descentralizada do Programa Mais Cultura no Estado do Rio Grande do Norte terá início com a realização do Projeto Piloto de Pontos de Cultura no seu território a ser executado nos termos e condições a serem definidos em instrumento jurídico próprio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS AÇÕES CULTURAIS DESENVOLVIDAS PELO ESTADO

Projetos e ações culturais desenvolvidas pelo Estado poderão ser integrados à implementação do Programa Mais Cultura, bastando para tanto que estejam em consonância com os objetivos

AVISTO
Luciana Carneiro Pinto
-consulente jurídica-
Ministério da Cultura



e diretrizes do Programa e sejam apresentados ao MinC antes da realização da oficina de elaboração do Plano de Implementação.

CLÁUSULA QUINTA - DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO

O Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura, instância consultiva responsável por auxiliar o Ministério da Cultura e o Governo do Estado no planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução das ações do Programa Mais Cultura, será instituído conjuntamente pelos partícipes mediante instrumento jurídico específico.

Parágrafo Primeiro. A designação dos membros, o funcionamento e as competências do Comitê de Acompanhamento e Gestão serão estipulados e definidos pelo instrumento jurídico de que trata a presente cláusula.

Parágrafo Segundo. O Comitê de Acompanhamento e Gestão do Programa Mais Cultura deverá ser composto por representação paritária entre integrantes indicados pelos governos federal, estadual e municipal, pelo Poder Legislativo estadual, e pela sociedade civil, preferencialmente ligada ao campo cultural do estado.

Parágrafo Terceiro. O Comitê de Acompanhamento e Gestão deverá ser instalado num prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura deste Acordo.

CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

O Estado acordante indicará formalmente ao MinC um representante e seu substituto para gerenciar a implantação deste Acordo, acompanhar sua execução, fornecer informações e zelar pelo cumprimento das obrigações pactuadas.

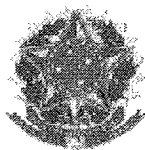
CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

Os partícipes deverão dar ampla divulgação das ações e dos resultados alcançados em decorrência deste Acordo, de modo a manter a sociedade informada e integrada ao Programa Mais Cultura de forma ativa, respeitadas as políticas institucionais respectivas.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Protocolo é da data de sua celebração até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado, subsequente, mediante termos aditivos.

VISTO
Luciano Carneiro Filho
Consultor Jurídico
Ministério da Cultura



CLÁUSULA NONA - DA MODIFICAÇÃO

O presente instrumento poderá ser modificado, a qualquer tempo, mediante acordo entre as partes, por intermédio de Termo Aditivo, mantido o objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

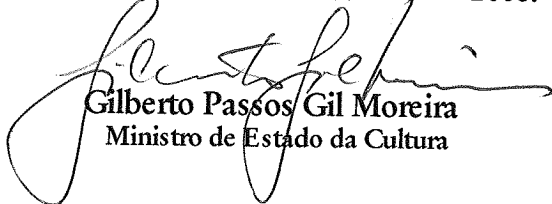
A publicação resumida deste ACORDO, no Diário Oficial da União, será providenciada pelo MINC e no Diário Oficial do Estado, de acordo com o prazo previsto no Parágrafo Único, do Art. 61, da Lei nº 8.666/93, contado da data da assinatura do presente instrumento.

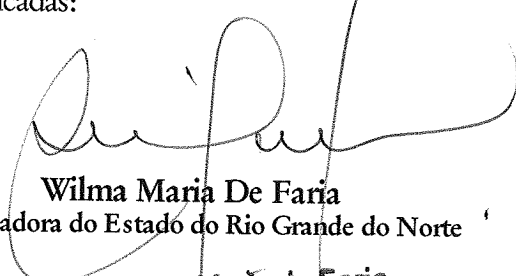
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

O Foro para dirimir quaisquer litígios na execução deste Protocolo, que não possam ser compostos pela mediação administrativa, é o da Justiça Federal, Seção de Brasília, Distrito Federal.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente Acordo de Cooperação em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas:

Natal - RN, de 7 de maio 2008.


Gilberto Passos Gil Moreira
Ministro de Estado da Cultura


Wilma Maria De Faria
Governadora do Estado do Rio Grande do Norte

Wilma Maria de Faria
Governadora

Testemunhas:


Nome: Joaquim Crispiniano Neto
RG: Diretor Geral
CPF 085.759.594-68


Nome: Ana Cristina Cabral Medeiros
RG: CPF 144.881.831-15
Ana Cristina Cabral Medeiros
Secretária de Estado da Educação e da Cultura


Luciane Carneiro Pinto
Consultora Jurídica
Ministério da Cultura